

IMIGRANTES EMPREENDEDORAS EM SÃO PAULO (1945-1956) ASHKENAZITAS, SEFARDITAS E ORIENTAIS

Marie Felice Weinberg¹

RESUMO: Esse estudo enfoca as judias que imigraram no período que se estende do final da Segunda Guerra Mundial até 1956, quando o general Gamal Abdel Nasser ascendeu ao poder do Egito. Os judeus que viviam na Europa, Oriente Médio e África do Norte, proibidos de imigrar para Israel, acabaram transferindo-se para outros países, entre os quais o Brasil. Embora ainda vigorassem no país restrições à entrada de imigrantes, as cidades brasileiras receberam, terminada a Segunda Grande Guerra, os sobreviventes do Holocausto, os refugiados da Europa Ocidental e Oriental e, dos países banhados pelo Mediterrâneo. A metodologia escolhida para alinhavar a multiplicidade cultural do grupo étnico judaico foi a História Oral que através das entrevistas captou os discursos de 22 empreendedoras. Este trabalho revela outras verdades femininas, que os discursos patriarcais teimam em minimizar e permite questionar o papel das mulheres nas relações de poder entre os gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Imigração, Judeus.

ABSTRACT: This study is focused upon Jewish women emigrants, comprising the period preceding the Second World War until 1956, when General Abdel Nasser came to power in Egypt. The Jews who then lived in Europe, The Middle East and North Africa, and who were forbidden to emigrate to Israel, ended up by moving to many other countries, including Brazil. Although some restrictions to the entrance of immigrants were still in effect in the country at the time, the Brazilian cities received, by the end of the Second World War, survivors of the Holocaust and refugees from the Western and the Eastern European countries, and also those from the countries bathed by the Mediterranean sea. The methodology chosen to delineate the multiple cultural aspects of this Jewish ethnic group was Oral History, through interviews which collected the discourses of 22 entrepreneurial women. This study reveals other female truths consistently minimized by a patriarchal discourse, and enables to question the part that women usually take in the relations of power between genders.

KEY WORDS: Gender, Immigration, Jews.

¹ Mestre em Língua Hebraica, Literatura e Culturas Judaicas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com a dissertação "Histórias Recontadas: Judias Imigrantes Empresárias em São Paulo (1945-1956)". Participante do grupo de Pesquisa "Mulheres Proprietárias", do Departamento de História Econômica da Universidade de São Paulo e do grupo de Pesquisa "E/Imigrantes", do Departamento de Psicologia Social da Universidade de São Paulo. E-mail: mariefelice_w@yahoo.com.br

Recentes estudos sociológicos vêm mostrando a importância das mulheres e a valorização dos estudos sobre suas conquistas no mercado de trabalho. Nenhuma das pesquisas, entretanto, abordou as mulheres judias que, inseridas no contexto familiar, ousaram empreender ações em busca de soluções econômicas, visando o lucro para garantir suas necessidades e a de seus familiares. Com este trabalho, pretendemos preencher esta lacuna.

Os estudos realizados sobre a imigração de judeus em nosso país concentram-se em núcleos de famílias e, em particular, na figura masculina, único partícipe de empreendimentos econômicos e pela manutenção da estrutura familiar. Como chefes de família ou como profissionais são responsabilizados, inclusive pela inserção do grupo no meio social, restando às mulheres o papel de figurantes e elemento passivo no enredo familiar dos grupos culturais judaicos.

O tema abrange o período que se estende do final da segunda guerra Mundial até 1956, quando no Egito e outros países árabes apoiaram a ascensão ao poder o General Gamal Abdel Nasser, rompendo as antigas e amistosas relações entre muçulmanos e judeus. Do outro lado, a cidade de São Paulo apresentava amplas possibilidades e perspectivas econômicas a imigrantes que buscassem terras politicamente tranquilas da América.

A pesquisa excluiu o período vivenciado pelas imigrantes judias durante o Holocausto, o que facilitou a participação no estudo. Os judeus que viviam nas terras atingidas pelo Nacional Socialismo estavam proibidos de emigrar para Israel e, transferiram-se para outros países da Europa e América, entre os quais o Brasil. Embora ainda vigorassem restrições oficiais à entrada de imigrantes, as cidades brasileiras receberam, terminada a Segunda Guerra, os sobreviventes do Holocausto e os refugiados da Europa Ocidental e Oriental, bem como os banhados pelo Mediterrâneo.

Para nossos objetivos a História Oral foi a metodologia escolhida para compor as histórias de vida de mulheres que imigraram a São Paulo, entre 1945 e 1956 que trabalharam, visando o lucro, apoiadas em seu próprio capital. Embora não assumam sua autoria, elas romperam com os papéis tradicionais femininos mantendo a harmonia na esfera familiar pautada numa organização patriarcal. Esta diretriz permitiu incluir as minorias, tornando-se um instrumento fecundo para compreender o universo desse estudo. A pesquisa qualitativa foi a técnica utilizada, visando a criação de espaço na história deste grupo étnico *“valendo como revisão de situações estabelecidas, pois, quase sempre, ela propõe alterações interpretativas que contrastam com a ordem vigente”* (MEIHY, 2000: 15).

A primeira grande dificuldade encontrada para esse estudo foi a composição da amostra. As mulheres casadas até o presente, não aceitam assumir seus papéis de empreendedoras. Desta maneira, o objeto da pesquisa ficou quase ausente, visto que era exigido como pré-requisito: ser mulher, judia, imigrante na cidade de São Paulo no período e de ter exercido o papel de empresária², independente do sucesso do empreendimento.

Essa constatação impele a certos questionamentos, como a possível falta de espaço social ao empreendedorismo feminino ou a perpetuação do modelo conservador da sociedade patriarcal judaica. E eventuais diferenças entre as imigrantes judias originárias dos três principais grupos culturais.

Ainda que só no plano discursivo, há o desafio da releitura ou, re-ouvir as histórias que poderão contribuir para contradizer os discursos normativos, encarados como naturais, talvez, por corresponderem a uma narrativa patriarcal que até aqui permanece preservada pelas próprias mulheres.

Para definir o grupo de 22 mulheres judias, a “*auto-identificação*” (RATTNER, 1977: 132). serviu como referencial, abrangendo um universo das laicas ou não religiosas às ortodoxas. A discussão sempre atual sobre o significado de identidade judaica converge para a questão dos valores que geram diferentes processos identificatórios deixou de ser analisado no momento.

As entrevistas foram individuais, na residência da família ou no escritório, e o tempo de duração não foi limitado, mas estendeu-se, em média, por três horas. As mulheres exigiram a omissão de suas identidades, pedindo a utilização de nomes fictícios. Tampouco aceitaram a gravação de suas falas, ficando suas falas restritas às anotações. Ainda, uma nova surpresa diante da presença inesperada do marido ou filho, no momento da entrevista, o discurso se alterava. Diante disso, marcávamos novos encontros para melhor elucidação da história.

Além das trajetórias de vida, oralmente obtidas, consultamos o acervo do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, de São Paulo, de onde pudemos incorporar depoimentos orais, ali registrados.

Diante desse panorama inquietante, que se traduziu numa minimização sobre as iniciativas abre-se espaço para discussão sobre o exercício dos papéis femininos em conflito com o âmbito público, mostrando-se um novo som, em meio ao silêncio sobre as iniciativas das mulheres que parecem ousar e criar o avesso do homem.

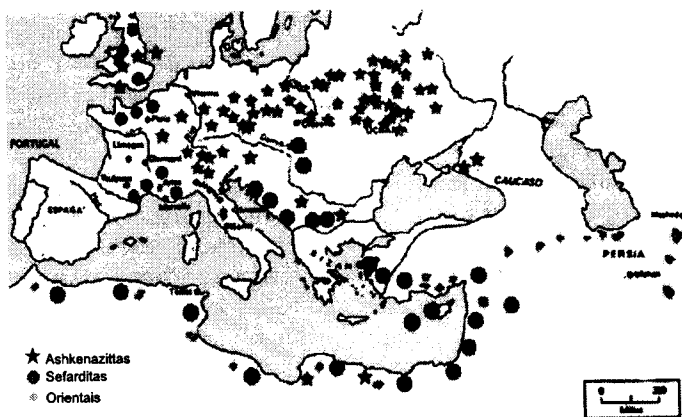
² “Pessoa ou grupo de pessoas que inicia e ou administra uma empresa, assumindo a responsabilidade por seu funcionamento e eficiência”. (SANDRONI 1987: 138/139).

Cenário

O povo judeu viveu disperso por séculos entre outras sociedades e manteve sua unicidade na religião, filosofia, valores éticos, morais e ancestralidade, somando uma pluralidade cultural resultante de sua participação em contextos nacionais diversos. Embora a religião seja vista como o fio-mestre da unidade desse povo, a organização social contemporânea abriu espaços para a valorização de outros conceitos, geradores de diferentes processos identificatórios, como os preceitos ortodoxos, conservadores, liberais, a filosofia ético-moral, a matrilinearidade e, após 1948, a identificação ideológica e política com o Estado de Israel.

Considerando as diferenças culturais, pouco conhecidas, apresento um rascunho referente à localização dos diferentes grupos culturais judaicos nos países de origem das imigrantes aqui apontadas.

Distribuição da população judaica nas comunidades de origem



Fonte: Esboço sobre mapa do início do século XX - Mapa de Martin Gilbert (GILBERT, 1978: 60)

Esses grupos, fruto das incessantes diásporas, viveram em áreas, concomitantemente, embora se mantivessem separados.

Na busca de estudos mais sistemáticos sobre as diferenças culturais existentes no grupo étnico judaico apresentamos os valores modos de vida de cada grupo até sua ruptura na origem e, recriação de laços de convivência na sociedade paulistana.

Ashkenazita:

As mulheres que vieram da Europa Central e Oriental, constituem-se no maior número de entrevistadas deste trabalho, assim, iniciamos pelo grupo lingüístico-cultural identificado com o ídiche - ashkenazitas.

A maioria dos judeus da Europa conheceu o período de consolidação das revoluções do século XVIII tendo participando do “Estado Burguês”. Este cenário é o da modernidade, determinante na separação definitiva entre as esferas do público e privado. Nas sociedades tradicionais judaicas, as relações sociais caracterizam-se pela:

(...) intimidade, comensalidade, solidariedade primária afetiva, emocionalidade, padrões rigorosos de controle social, núcleo familiar organizado em torno da parentela sanguínea que constitui além de sua função reprodutiva biológica, uma unidade de produção econômica e de consumo coletivo (LEWIN, 1996: 448).

No contexto do final do século XIX, as mulheres judias do *shtetl* (aldeota, vila, bairro étnico) vão precisar redefinir seus novos limites de âmbito privado, quando o público laico passa a não mais só circundar, como interferir em seu cotidiano.

O processo é válido para toda a comunidade, pois, em primeira instância objetiva o fortalecimento da família judaica. Assim, a autoridade do

(...) pai é formal, de acordo com os costumes e a lei judaica, mas o domínio real do espaço doméstico pela prática da vivência cotidiana é da “ídiche mãe”. Ela manipula os recursos materiais e simbólicos existentes no interior da família (...)

(...) A aceitação pela família desse direito significa o reconhecimento implícito de sua autoridade (...) explicando (...) segundo a visão tradicional da vontade divina (...) não percebendo ou não querendo assumir explicitamente o papel de interventora. (LEWIN, 1996: 452).

Apoiando-se no texto citado, a mãe, a responsável pela definição dos papéis e das urgências, estabelece as partes com certo grau de autonomia. É seu dever acompanhar os estudos, sobretudo dos filhos homens, conforme a cultura e a religião enfatizam (pois, é a garantia da continuidade comunitário-judaica). Esses encaminhamentos são fundamentais por definirem responsabilidades, ao mesmo tempo, em que hierarquizam as relações na futura geração.

O estudo talmúdico para os homens, por exemplo, é tão valorizado a ponto de as mulheres improvisarem algum trabalho remunerado para garantir as despesas e poupar o esposo dessa preocupação, sem levá-lo a interromper os estudos. Acrescenta-se um reconhecimento social da família que tem um sábio (o conhecedor dos mistérios do sagrado, o estudado), que é vista como nobre e abonada, dada a capacidade de prover o filho por tantos anos. Na ausência do filho, o mito de mulher fraca e dependente configura-se; no contrário, isto é, no completo, em sua maternidade, a máxima e plena força manifesta-se numa existência, vista como altruísta, provedora e protetora.

Essas mulheres ora mães, ora esposas, são pessoas que irão concomitantemente participar dos processos sociais do período nas pequenas cidades da Europa Central e Oriental. Aos poucos, o mundo judaico vai ganhando novas formas e o espaço privado invadido por distintas necessidades, abrindo oportunidades à mulher.

A sobrevivência econômica, a profissionalização, o proletariado, as novas exigências de competência individual, a secularização da sociedade, entre outros fatores, foram dissolvendo os muros que continham esse universo público separado e distante da realidade privada judaica do período.

Personalidades consagradas da comunidade judaica viviam, em sua maioria, nas grandes cidades, sobretudo, da Europa Ocidental inseridas no cotidiano laico, lutando pela renovação mundial que incluía a integração judaica.

O Iluminismo, ideologia predominante na Europa Ocidental do século XVIII, ventilou a filosofia judaica para além de sua religião, vislumbrou novas abordagens, releu o judaísmo tradicional criando novos paradigmas.

Muitos judeus do Ocidente, pertencentes às camadas médias da população, puderam engajar-se em universidades, imprensa e na literatura, indústrias, bancos e até trabalharam em repartições públicas ou comércio, integrando-se à sociedade laica, usufruindo os direitos iguais para o exercício da cidadania recém-conquistada. Os filhos de famílias abastadas foram aceitos nas universidades européias e aos demais restaram os estudos orientados dentro do corpo da comunidade.

Na Europa Oriental, grande número de judeus vivia predominantemente em áreas rurais eram menos favorecidos, em vista da discriminação e exclusão social, ficando fechados em sua comunidade, arraigados à consciência judaico-religiosa. Trabalhavam

como artesãos, sapateiros, alfaiates, carpinteiros, serralheiros, entre outras, e, em face ao cotidiano restrito ao vilarejo estavam menos expostos às influências, mantendo seu *modus-vivendi* judaico tradicional. Em 1923 as restrições anti-semitas polonesas dificultaram o acesso de judeus aos estudos, caindo de 24,5% para 3,2% em menos de dez anos na escolaridade oficial. Os dados referentes ao ano de 1914 auferem que mais de 70,0% das famílias judias (HOJDA, 1995: 82) viviam do comércio, integrando-se às cidades polonesas, caindo para 34,0% em vinte anos, levando quase a totalidade dos judeus à miséria. A exigência do conhecimento do idioma polonês escrito aos judeus artesãos impedia-os de exercer a profissão.

Essa polarização é recorrente na história, porém, com a queda do Império Russo, a Europa Ocidental e a Oriental viviam dilemas econômicos, recheados pelo nacionalismo. O conceito que valorizava o espaço de nascimento e moradia, também, infiltrou-se entre os judeus, abrindo uma fenda na comunidade entre os ideais sionistas³ e os socialistas.

Desse modo, a fase de convivência e absorção do judeu como parte integrante da sociedade local, chamada de emancipação, abriu espaço às mulheres para participarem de várias atividades econômicas, indo para dentro das escolas e conquistando lugar entre os letrados. Quebrou-se o estigma de que a mulher não tinha condições intelectuais de aprendizado, e muitas marcaram a história, a filosofia e a literatura, mudando os paradigmas comportamentais, como nos lembram Hannah Arendt e Marie Curie.

As mudanças de mentalidade e os movimentos sociais penetraram nas comunidades judaicas da Europa e Varsóvia que já se consagravam pela densidade populacional judaica, assistiam a esses movimentos.

A violência contra o povo judeu havia iniciado e os ataques à população (*pogroms*), expulsão dos empregos, de suas casas e perda de posses tornaram-se práticas comuns. Em guetos ficaram confinados (bairros fechados e controlados, em condições de miséria humana). Em circunstâncias mínimas para garantir a saúde física, sobreviveram à falta de água, aquecimento, alimentação e medicamentos. Sem atividade ou possibilidade de produção econômica ao menos para a subsistência, e sem encontrar no horizonte uma esperança de liberdade, a agonia da dignidade maculava a sanidade mental. Os acontecimentos geraram transformações que a guerra terminou por arrancar pessoas e, não raro, famílias desta existência.

³ Movimento ideológico surgido em finais do século XIX na Europa Ocidental que propunha a criação de um Estado para o povo judeu.

O momento era de fugas e esconderijos para zonas rurais ou onde fosse possível, pois, na maioria dos países potencialmente receptores de imigrantes, já, imperava o sistema de cotas e os judeus não estavam na lista dos preferenciais. Os destituídos estavam obrigados a depender das entidades assistenciais, ou seguir, intermináveis caminhadas que levariam por entre esconderijos a outros países, como na França, Itália, Inglaterra e Países baixos.

As mulheres, às vezes, como esposas e mães ou filhas exerceram um papel de destaque na luta pela sobrevivência. Suas articulações, ingerências, estratégias e atuação como porta-vozes do grupo que protegiam, puderam mostrar sua força, inteligência e competência para resistir e vencer em tempos de guerra, enquanto os homens permaneciam escondidos, fugindo da possibilidade de serem arrancados dali e submetidos a trabalhos forçados.

Sefarditas e Orientais

Em países da Europa Ocidental e Oriental e nos banhados pelo Mediterrâneo existiam, sobretudo, judeus sefarditas, tais como: França, Itália, Turquia, Chipre, Grécia, Bulgária, Tunísia, Líbia, Marrocos, Argélia e Egito, provenientes da Península Ibérica, e identificados pelo idioma ladino. Próximos, os judeus orientais viviam no mundo árabe: Palestina, Iraque, Síria, Líbano e Egito falando, em geral, o idioma árabe. O grupo sefardita representava no século XII, 90,0% da população judaica mundial, caindo em 1700 para 50,0%, como consequência de emigrações forçadas, ficando reduzida a 10,0% em 1930⁴.

No Oriente Médio, de modo geral, os judeus concentraram-se nas grandes cidades, pois contavam com o apoio dos califas, no endosso às oportunidades de estudos e ao exercício de cargos de confiança, como apontam os censos demográficos do Professor Hayim Cohen (LEFTTEL, 1997: 49). No Egito, o composto cultural de judeus sefarditas, orientais e ashkenazitas, gerou um espírito cosmopolita ao conjugar o Ocidente e o Oriente.

A relação entre os judeus sefarditas que emigraram para o Oriente e se defrontaram com uma comunidade judaica local seguiu: “(...) *três cursos distintos: assimilação total aos autóctones, preservação completa ou parcial da cultura dos exilados e a influência direta e recíproca entre os dois grupos*” (BEN AMI, 2003: 35), que Ianni (2000: 16 e 202) viria a intitular de transculturação. Essa linguagem moderna traz em si a constatação da

⁴ Sepharadic Population Figures though History - rufina@netactire.co.za

revolução permanente, ao não negar a permanência ou a reiteração da identidade, seja individual ou da comunidade. Ianni, ainda, enfatiza que são várias as formas que podem configurar os movimentos de combinações, soltando as desamarras que as análises sociológicas e ideológicas impõem ao pré-definirem “o que veio, o que deve ter vindo e como deverá vir a ser”.

A comunidade sefardita vai caracterizar-se no Oriente Médio, pela manutenção da cultura e tradições da origem e pela tendência mundial e cíclica entre integração e secularização ou o forte apego religioso.

Os sefarditas como os orientais valorizavam a religião e primavam pela educação religiosa aos filhos, que começava antes mesmo da escola regular. Os meninos eram encaminhados ao “Kutab” (LEFTEL, 1997: 26), (quarto para estudos, equivalente ao “chedder” entre os ashkenazitas), dirigido às crianças do sexo masculino e sobretudo, aos mais abastados que poderiam sustentar os filhos em dedicação total aos estudos, por longos períodos. No estágio escolar seguinte, os demais ingressavam nas escolas laicas.

Já, no início do século XX, a “Alliance Israélite Universelle” oferecia espaço aos judeus com a uma educação ocidental, era a possibilidade do aprendizado de idiomas, como o francês, o inglês ou italiano, habilitando-os ao mercado de trabalho. Era uma organização internacional de origem francesa que acreditava numa tendência espiritual nova, mais aberta (LEFTEL, 1997: 54), e de forte interesse cultural.

A difusão cultural possibilitou que, nas primeiras décadas do século XX, as cidades cosmopolitas do Oriente Médio estivessem misturando os vários idiomas, utilizando o francês em casa, o árabe com os criados e o inglês nas melhores escolas e ainda, não raro, encontravam interlocutores armênios, turcos e iranianos⁵. Assim, os judeus orientais eram percebidos como integrados à comunidade local, que era tolerante ao exercício da religiosidade, a população era agregada, não havia grande separação entre judeus e outros. A partilha da Palestina, determinada pela ONU, intensificou nos países árabes posturas nacionalistas. Em 1948, no Egito, onde vivia a maior comunidade judaica do Oriente Médio, responsável pelo incremento comercial, industrial e bancário, fazendo parte dos grupos que alavancaram a economia do país, inclusive, em cargos político-administrativo, Senado e Câmara dos Deputados. Alguns, “chegaram a manter ligações próximas com a

⁵ Revista Morashá - Setembro, 1995, p.51

aristocracia egípcia muçulmana, e os mais pobres, de modo geral vindos das áreas rurais logo se identificaram com a proposta israelense, para onde buscaram imigrar” (DECOL, 1999: 182), recorrendo a subterfúgios dados os impedimentos impostos pela Liga Árabe.

Os sefarditas distinguiram-se dos outros dois grupos culturais significativos para este estudo, por contar com maior participação efetiva feminina nas sinagogas e serviços religiosos. As moças aos 12 anos, também, faziam sua iniciação religiosa e apresentavam-se oficialmente à comunidade. A liturgia sefardita contava com canto de coros mistos que permeava todo o serviço religioso, num diálogo em que se alternavam fiéis e coro. Incensos eram usados e dos salmos eram frisadas as entrelinhas compostas, permeando de simbologias o universo místico da maioria das mulheres sefarditas. Esse grupo cultural abriu espaço para a participação feminina nos estudos religiosos, trazendo a institucionalização do “*Bat-mitzva*” (festa da maioridade feminina) no Brasil.

As mulheres orientais permaneceram em suas casas concentradas no grupo familiar feminino e suas várias gerações que se desdobravam em afazeres femininos como a educação dos filhos, a cozinha, os trabalhos manuais e artesanais. No grupo, expressavam-se livremente os sentimentos, mas, mantidos numa atmosfera hermética do universo feminino. As casadas, mães, avós e tias eram as interlocutoras desse universo para o mundo masculino e público. A literatura e a música eram as aptidões diferenciadas e aceitas dentre as práticas permitidas às bem-educadas, às recatadas moças de olhar baixo preparadas para o casamento indicado e acertado entre as famílias.

Novos Horizontes

O extermínio de 6.000.000 de judeus pelo Nacional-Socialismo Alemão, mais de um terço de sua população mundial (DELLA PERGOLA, 1986), resultou em grande número de sobreviventes, desalojados, refugiados de uma Europa destruída e sem destino. Na busca por alternativas de sobrevivência, imigraram legalmente para o Brasil e outros países, estimulados pelas múltiplas possibilidades que essas economias, em expansão, poderiam oferecer.

Do grupo imigrante, as mulheres judias, provenientes de vários países, onde vivenciaram circunstâncias hostis ao exercício da religião e das tradições judaicas, ao imigrarem encontraram no sudeste brasileiro, um período de crescimento demográfico e econômico, circunstâncias favoráveis às iniciativas profissionais.

A maioria dos imigrantes de São Paulo era formada de italianos, seguida de portugueses e espanhóis e, em menor escala, japoneses, sírios, libaneses, poloneses, judeus, armênios e alemães. A cidade também contava com um movimento migratório de outras regiões brasileiras, criando tons diversos ao sotaque paulista. Essa multiplicidade étnica modificou o tecido sociocultural, compondo uma nova urbanidade.

O censo de 1950 apontava para a cidade de São Paulo os números de 2.198.096 habitantes, demonstrando a multiplicação de sua população em relação a 1,32 milhão de habitantes 1940 (CARIGNATO, 2002: 94-95). Este crescimento populacional é fruto de movimentos migratórios que, ao final de 1959 já somava mais 700.000 (LESSER, 2000: 26), novos imigrantes.

Os dados da tabela mostram o número total de imigrantes na cidade de São Paulo no período entre 1945 e 1956.

TABELA - Total de imigrantes por ano e segundo o sexo feminino

<i>Anos</i>	<i>Números</i>	<i>Mulheres</i>
1945	3 230	1 232
1946	13 039	4 592
1947	18 753	7 843
1948	21 568	10 077
1949	23 844	9 925
1950	35 492	12 980
1951	62 594	*
1952	88 150	*
1953	80 242	*
1954	72 248	28 332
1955	55 166	24 136
1956	44 806	19 762

FONTES: Departamento Nacional de Imigração e Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Dados da Tabela extraídos de: Anuário estatístico do Brasil 1949. Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, 1950. Anuário estatístico do Brasil 1952. Rio de Janeiro: IBGE, v. 13, 1953. Anuário estatístico do Brasil 1955. Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, 1955. Anuário estatístico do Brasil 1956. Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, 1956. Anuário estatístico do Brasil 1957. Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, 1957. Anuário estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21. 1960. * Dados não encontrados

Destaques da Pesquisa

As judias que se instalaram em São Paulo, originárias da Europa Central e Oriental, eram ashkenazitas; as de origem Ibérica, sefarditas de países da Europa Ocidental e Oriental e das terras do Mediterrâneo e, o terceiro grupo, o oriental, proveniente dos países árabes, entre os quais, Líbano, Síria, Egito e Iraque. Este estudo reflete uma participação

maior de imigrantes de origem ashkenazita - 17 participantes - garantindo 10%, proporcionalidade dos demais grupos culturais, garantindo a significância.

A partir de 1945, os efeitos da política discriminatória contra os judeus tornaram-se mais flexíveis, mas, ainda os vistos eram outorgados caso a caso. As solicitações de entrada eram analisadas pela diplomacia brasileira, ponderando-se sobre a qualificação do solicitante, apesar da manutenção da exigência da “*carta de chamada*” (documento de convite ao estrangeiro com especialização profissional de interesse do residente e desde que fosse para o exercício da atividade profissional junto e sob responsabilidade deste).

Nem sempre donos de seu destino, os emigrantes vagaram entre acasos e fatalidades. No entanto, os diversos deslocamentos impostos aos judeus ao longo de sua história, cunharam características na estrutura comunitária que favoreceram uma rápida acomodação aos novos sistemas econômicos, culturais e políticos. A estruturação do trabalho, em condições de escassez de recursos, cristalizou moldes baseados em organizações familiares, perpetuando um comportamento dinâmico de inserção contra a marginalização.

Num contexto de crescimento, rapidamente, as imigrantes ousaram agir. Buscaram soluções econômicas para resolver a questão premente da sobrevivência, sempre considerando a família a razão da mobilização e em contrapartida, contando com ela. Entre as entrevistadas, 50,0% confirmam ter iniciado seu negócio com envolvimento de familiares e ou parentes. As demais deixam brechas interpretativas em seus discursos sobre a diminuta valorização da consangüinidade, ampliando o sentimento de família para além dessa fronteira, passando a absorver os companheiros ou irmãos de viagem (*schiffsbrüder*) como gesto de solidariedade, amalgamado a família. Salientamos ainda a força de identificação com a origem, pois em mais de 40,0% o apoio veio de fora do grupo étnico.

“Na casa de meu tio, tínhamos almoços com os “irmãos de viagem”⁶, a família que pudemos reconstruir....”⁷.

⁶ A expressão “irmãos de navio” refere-se aos companheiros de travessia oceânica, consolidada em relações familiares, independentes de laços de consangüinidade.

⁷ Luiza, aos 22 anos, casada, empreendeu uma produção artesanal de roupas para os filhos seus e de amigas. Relato de Luiza a Marie Felice Weinberg ou MFW em São Paulo, 2000. Este nome, como os que se seguem são fictícios, de modo a preservar a identidade das entrevistadas, em acordo a exigência das mesmas. Os textos das entrevistas encontram-se na dissertação de mestrado na área de Língua Hebraica, Literatura e Culturas Judaicas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, defendida em 03/09/2004, sob o título: “Histórias Recontadas: Judias Imigrantes Empresárias em São Paulo (1945-1956)”.

“Eram aqueles que chamamos de família que trabalhavam, e a maioria morava junta. No começo, as compras fazíamos para todos, sem divisão.”⁸

“Eu e as outras companheiras, a “nossa” família, sempre que tínhamos tempo livre ajudávamos na impressão dos textos clandestinos. Tudo era nosso e para nós”⁹.

Enquanto os imigrantes criavam uma nova São Paulo, é interessante constatar que, não tinham percebido que estavam fazendo parte de uma importante transformação socioeconômica na cidade. Mas esta trajetória foi fruto de muito trabalho e não raro sem discriminação. “*Ser imigrante é não ter nada a perder*”, definiu uma das entrevistadas¹⁰ e sem a preocupação com a imagem e seus papéis sociais, sentiam-se livres para tentar fazer o que fosse possível. Assim, fizeram *self-made-men* (IANNI, 1965: 36), ou melhor, *self-made-women*, como este trabalho vem constatando.

Para esses indivíduos, em sua maioria, as profissões exercidas eram relacionadas às funções desempenhadas pela família em sua terra de origem, atividades próprias do proletariado-urbano como: alfaiates, sapateiros, costureiras,. Outro papel importante e que já vinha sendo desempenhado pelos imigrantes de anos anteriores, era o “Klintelchik”, mascate ou prestamista, que era adequado aos recém-chegados que necessitavam fazer sua rede de conhecimentos, partindo dos clientes de seus fornecedores.

Neste espaço, reconstruiu-se a família que passou a ser composta, também, dos irmãos de navio de travessia do oceano em direção ao Novo Continente. A convivência com os pares, aqueles que se percebem, tendo os mesmos objetivos, transforma o individual no projeto de todos. Cada um começa a identificar-se com o outro e com os anseios, complementando solidariamente as atividades e fortalecendo o grupo (VELHO, 1980: 33). Essa construção social foi tecida, mesmo que, inconscientemente, pelos novos imigrantes que elaboraram, na geografia da cidade, o projeto de inserção econômica, ao mesmo tempo em que consolidavam sua identidade.

A reconstrução individual do elo de continuidade judaica no novo mundo ancorou-se baseada na comunhão dos destinos e foi

⁸ Amelie, 36, viúva e com filhos, começou a fábrica de lingerie fazendo soutiens sob medida. Relato a MFW em SP, 2000.

⁹ Ruth, 34, casada, com filhos, ativista política, trabalhou no comércio de roupas. Relato a MFW em SP, 2000.

¹⁰ Dália, 27, casada, mas não teve filhos. Vendeu uma Bíblia relíquia para comprar a primeira máquina de costura da fábrica de calças e camisas. Relato a MFW em SP, 2000.

forjada na nova cidade, São Paulo, local onde os valores puderam ser refeitos.

No início do processo de integração ao novo país e todas as dificuldades inerentes a uma emigração forçada, o Brasil foi uma possibilidade favorável. A segurança física e o cenário de crescimento econômico, tão divulgados entre os refugiados foram fatores estimulantes, como podemos perceber no relato de Dália, uma ashkenazita: *“Meu marido fez um curso profissionalizante de caldeiras e turbinas, porque falaram que aqui tinha grandes oportunidades e muita água, digo, litoral”*.

O grupo cultural ashkenazita, ao imigrar, apresentava uma grande diferença entre os demais grupos culturais. Diante da impossibilidade de portarem seus bens, valorizaram o grande oceano que os separava do mundo das perseguições, mortes, humilhações e guerra, para um mundo de esperança de uma vida digna, mesmo sem ter em suas mãos algo no que apostar.

As mudanças que irão acontecer nos anos seguintes serão várias e o conflito sobre o modo de vida judaico perpassará por várias etapas, e uma delas foi o abandono do idioma ídiche, substituído pelo português como idioma do cotidiano. Essa alteração religiosa e cultural, também, teve como ingrediente os outros grupos culturais judaicos, pois a partir da década de 80 do século XX, uma nova fase de profusão dos costumes sefarditas está em expansão.

Ao emigrar, os imigrantes do Oriente Médio, diferenciaram-se dos ashkenazitas, por trazerem bens materiais e idéias não menos arrojadas que serviram de insumos na implantação de uma economia de sobrevivência das famílias. Trouxeram em sua bagagem o “capital” intelectual que se desdobrou nas iniciativas que ajudaram a desenhar a cidade de São Paulo. *“Além da coleção de Chamsa”* (figura de mão como símbolo contra o mau-olhado), *ainda trouxemos o caderno de receitas de doces, que foi a base da minha chocolataria artesanal, da qual sobrevivo até hoje.*¹¹

Conta uma das sefarditas entrevistadas, ou ainda, na declaração de uma de origem oriental: *“Tínhamos um plano arrojado que era baseado no interesse pelas pedras brasileiras, já que nossa família trabalhava com ourivesaria, há varias gerações.*¹²

¹¹ Claudete, 28, casada e com filhos, faz e vende, desde então, doces artesanais. Relato a MFW em SP, 2000.

¹² Margareth, 32, viúva com filhos projeto familiar de joalheria, hoje de envergadura internacional. Relato a MFW em SP, 2000

A participação das três mulheres de origem sefardita e duas orientais, que aceitaram contar sobre a luta pela sobrevivência é o resultado participativo possível de entrevistadas de uma estrutura familiar judaica, acentuadamente, mais patriarcal e conservadora, se, comparada com as mulheres oriundas da Europa Central e Oriental.

Acentua-se, ainda, como consequência da divisão dos papéis as questões sobre a propriedade do capital, do prover e representar a família, tidas como atribuições masculinas. Mesmo tendo como referência de origem, *as mães das entrevistadas, que em 41,0% dos casos, já trabalhavam fora de casa com remuneração, podendo servir de modelo para as iniciativas e alternativas de rentabilidade, porém, sempre relacionadas as atividades ditas femininas.* “*Eu dava aula de órgão, que aprendi com as freiras italianas*”, comentário da sefardita Isabel.

Dentre comentários das ashkenazitas, podemos destacar a fala de Sofia: “*As mulheres ajudavam nas colheitas de morango, e as mais fracas cuidavam dos idosos e doentes. Eram enfermeira.*”

Regina relata: “*Éramos feirantes de meias, e minha irmã, que era linda, trabalhava como balconista*”. Nítza conta que: “*Tínhamos um negócio de mulheres há muitas gerações, fazíamos corsette e soutien e cintas.*”

No universo pesquisado, houve grande resistência das entrevistadas em se identificarem como empreendedoras, apesar das iniciativas econômicas realizadas.

Assim, cuidados semânticos foram necessários para o entendimento de palavras que não raro podem ser tomadas como sinônimas: “trabalhar” e “ajudar”, característica do patriarcalismo, cuja ótica atrela a identidade da mulher a seu marido.

Luiza acrescenta: “*Eu comecei a costurar, não era trabalho. Depois fiz para as amigas, e foi virando uma pequena produção, e o meu marido cuidava disso, eu só dava as idéias. Deu certo, e assim é.*”

Consideramos empresárias aquelas que arriscaram seu próprio capital investindo ou transformando-o em produtos e serviços diversos (SANDRONI, 1987: 138-139), pelo uso de atributos próprios, independentes da participação de outros nas distintas fases do processo.

Miriam diz: “*Eu comecei sozinha para pagar a feira. Quando começou a dar certo, é que meu marido largou seu emprego para me ajudar com as vendas.*”

Para a ashkenazita Sofia, “*Conhecemos um austríaco muito necessitado vendendo um lote de couro de muito boa qualidade. Eu não deixei meu marido revender tudo, e resolvi inventar como o meu pai fazia. Devo a ele a nossa fábrica de bolsas e carteiras.*”.

A oriental Juliette declara:

Comecei vendendo meus próprios tapetes. Depois passei a importar através de contatos com amigos de lá e com a ajuda do meu filho, que fazia as viagens. Assim que a situação do meu marido se estabilizou, ele pediu que eu parasse com o negócio. Vendi o negócio para um conterrâneo, mas continuo com uma participação. Até hoje eu falo para o meu marido que recebo dinheiro do meu filho para as minhas bobagens pessoais.

Há o relato de Linda, ashkenazita, que utiliza seu capital de conhecimento e de risco. Ela trabalhou para o tio, por ter feito um curso profissionalizante de contabilidade. Neste trabalho teve a oportunidade de negociar um lote de tecido que seria descartado, por estar fora das especificações, e com ele costurou uma série de colchas em matelassê. Este foi o embrião de seu negócio, que hoje exporta colchas e roupa de cama.

Há ainda o caso de Esmeralda, também ashkenazita, após a morte do marido, passou a trabalhar como sacoleira em repartições públicas no Centro de São Paulo.

Ainda de Ruth, cujo marido foi perseguido político na Europa e no Brasil, por ser socialista. Adquiriu capital para montar a sua loja, vendendo livros e quadros originais, que são frutos do relacionamento que mantém até os dias de hoje com figuras de destaque no universo cultural. A loja de roupas na Rua Rui Barbosa servia, inclusive, para acobertar as atividades políticas de seu marido, pois no fundo da casa ficava a tipografia, que imprimia o jornal ídiche.

Os empreendimentos na área de malharia e confecção representam 45 e 36,0% e estão no ramo do comércio. Uma das pesquisadas monta uma joalheria baseada na experiência familiar no ramo de ourivesaria. O caso do frigorífico repete esse mesmo padrão:

O relato da ashkenazita Zélia cita que: *“O que trouxemos de mais importante foi a faca de meu sogro que era shochet”¹³. A partir dos conhecimentos que aprendi, observando meu pai que era fazendeiro e meu sogro em suas atividades, é que decidi tentar o açougue e depois ampliamos para um açougue convencional”*

Diante do cenário pesquisado, 17 mulheres chegaram a São Paulo casadas e, das 22 entrevistadas, apenas duas não tiveram filhos. No período do início de seu empreendimento, 18 já eram mães, destas, 11, ainda tinham filhos em idade pré-escolar, para tanto tiveram de contar com a participação do marido, parentes e ajudante contratada nas tarefas

¹³ Shochet é aquele que aplica o abate de animais e aves (shechitá), prescrito pelas leis dietéticas para que a carne seja considerada “kosher” (apta ao consumo). Unterman, Alan. Dicionário Judaico de Lendas e Tradições, p. 241.

domésticas. No início do empreendimento, 45,0% das mulheres trabalhavam em casa e podiam administrar o próprio lar, era imperativo contar com apoio logístico para as tarefas domésticas. É importante ressaltar que, quatro maridos, sendo eles ashkenazitas, dentre os casos analisados, dividiam a responsabilidade dessas tarefas, dando suporte para que elas pudessem dar andamento às atividades do empreendimento. Entretanto, isto nos remete ao declínio do número de filhos por família, entre os três grupos culturais, embora houvesse diferenças numéricas nas famílias de origem, possibilitando mais rápido às mulheres uma imediata mudança de seu ciclo vital e, estando os filhos em idade escolar, abriram-lhes um espaço de tempo produtivamente econômico.

O trabalho doméstico sendo entendido como um ciclo que cada dia se repete, as tarefas diárias da casa deixam de ser valorizadas. Ao não serem reconhecidas como trabalho e só notadas como importantes, quando não são feitas, isso pode explicar o interesse demonstrado pelas mulheres, em geral, pelo trabalho não-doméstico. No entanto, embora elas mesmas tenham se tornado empresárias, escorregavam nas respostas, apresentando valores de sentido afinado com um padrão patriarcal:

Margareth, a oriental, relata que: *“Algumas trabalhavam, mas era sinal de que o homem não podia sustentar”*. Esse comentário, reforça o patriarcado introjetado.

Não muito diferentes são os comentários entre as ashkenazitas, que ainda minimizavam os feitos daquelas que estavam envolvidas com afazeres fora de casa:

Miriam considera que: *“Não eram obrigadas, as casadas podiam ajudar os maridos, as solteiras trabalhavam se quisessem”*.

As mulheres entrevistadas foram as que, efetivamente, trabalharam e manifestam opiniões compatíveis com o grupo familiar. Para garantir a possibilidade de exercer atividades profissionais, preservando o código de conduta estabelecido dentro da família e comunidade, a maioria delas criou esquemas, nos quais o “respeito” ao marido e pai (autoridade masculina) fosse preservado.

“Tem que saber levar. Há artifícios como a subserviência” comenta uma ashkenazita Luiza: *“No meu caso, eu não tive opção, mas eu fazia isso escondido dos amigos do meu marido”*.¹⁴

¹⁴ Relato de Claudete a MFW em SP, 2000. Op. cit. p.15.

Essas mulheres mesmo sendo responsáveis pela estabilidade econômico-familiar submetem-se ao código patriarcal que receberam como modelo, exemplificado pela autoridade do irmão mais velho, de família de origem oriental:

Segundo Margareth: *“Não era bonito, mas no meu caso, eu estava cumprindo um plano familiar. O meu irmão estava na Suíça montando a rede de lojas na Europa para as jóias que eu aqui fabricaria”*.

Pelo depoimento acima, não se surpreende que elas se recusem a serem reconhecidas como empresárias, banalizando e minimizando suas iniciativas empreendedoras e entregando esse mérito a seus maridos.

Samantha afirma que: *“A mulher, que tem sucesso, não pode perder a humildade, principalmente, com o marido. Guarde este lema!”*

Dentre as entrevistadas, Isabel, uma sefardita, fez questão de contar a respeito do êxito de seu novo empreendimento. O lançamento do livro de culinária, fruto de seu sucesso nas festas ao longo de sua história, que só poderia coroar a “Terceira Idade”.

Nem todas as entrevistadas, tiveram êxito nas atividades econômicas que empreenderam, porém, de acordo com os códigos culturais, o efeito nos estudos e a ascensão econômica dos filhos refletem a medida de sucesso valorizada pelo grupo estudado.

Para as ashkenazitas como Nitzá: *“Essa união das pessoas que passaram pelo pior é o que nos deu força para construir algo melhor para nossos filhos”*. Ainda, para Esmeralda: *“O fato de ser imigrante permitia certas ousadias, ao mesmo tempo em que se abria espaço para novas amizades e contatos.”*

Esta visão é compartilhada pela entrevistada Juliette, de origem oriental: *“Tinha o espírito de não ter nada a perder.”*

Por ser um grupo étnico que valoriza o êxito econômico, há um comportamento tácito de também buscar soluções independentes da comunidade judaica. Este ponto é reforçado quando analisamos a rede de relacionamentos apontada pelas entrevistadas para a implementação do negócio. Dentro do universo pesquisado, a metade dos que participaram dos empreendimentos, como clientes ou fornecedores, não pertenciam à comunidade judaica, o que pode demonstrar, também, a iniciativa de ampliar ações, para além das fronteiras do grupo.

Para Amelie: *“A perspectiva de transformar o pequeno negócio iniciado na França numa fábrica de lingerie que daria sustento a toda família.”* Apesar de raramente assumir o papel de empresária e, muitas vezes, dividir seu êxito com o marido e familiares ou com a própria sorte, ainda menciona: *“A gente precisa ter sorte na vida para tudo.”*

Duas entrevistadas ashkenazitas que vivenciaram experiências em países diferenciados, como na Suécia e Inglaterra, cidades cosmopolitas que valorizam uma posição feminina de maior liberdade:

Rosa afirma: *“A independência é o primeiro passo para a conquista da própria identidade.”* Assim, Samantha considera que: *“Para a mulher a escola e o trabalho são sinônimos de liberdade.”*

Na declaração da entrevistada sefardita, Claudete: *“Se não fosse a minha cara-de-pau de entrar nos prédios, eu não teria chegado a lugar nenhum e nós teríamos passado fome.”*, e a oriental Juliette afirma que: *“Foi uma questão de visualizar as oportunidades e uni-las aos relacionamentos.”* Ambas exaltam sua contribuição na liderança da solução financeira.

A pesquisa buscou avaliar as percepções das entrevistadas, sobre suas contribuições à cidade de São Paulo por meio de suas iniciativas: Claudette, nascida em Alexandria, declara: *“Aqui não havia trufas de chocolate, só quando alguém recebia presentes de fora. Passei pela fase onde o industrializado era o mais valorizado, e agora de novo o artesanal é o bom. Eu sofri, mas sobrevivi.”*¹⁵

Seguindo a mesma linha, Margareth que comercializa jóias com pedras brasileiras em São Paulo e, em outras cidades do mundo, acredita ter influenciado a valorização da beleza destas pedras, inclusive entre as brasileiras.

O caso que interferiu no padrão estético de decoração de interiores, Juliette conta que, muito antes dos europeus, os paulistanos já tinham acesso aos tapetes vulgarmente conhecidos como “persas”.

Sofia, também da Europa, a dona da loja de artigos de couro acredita ter elevado os produtos paulistanos à categoria européia: *“Os produtos de couro, eram simples e de péssimo acabamento. A minha fábrica trouxe um padrão europeu que transformou a cara da cidade antiga para a de uma metrópole.”*¹⁶

A mesma auto-percepção tem Myetta, a primeira e maior fabricante de *manteaux* do Brasil, em seu tempo.

De origem alemã, Nitza cita que a empresa contribuiu para a mudança da moda íntima: *“Com o tempo, fui modificando os moldes de minha coleção. As peças foram ficando cheias de rendas, decotes, bicos e bojo, mas não tanto quanto hoje!”*¹⁷

¹⁵ Relato de Claudette a MFW em SP, 2000. Op.cit. p. 15.

¹⁶ Sofia, 26, casada com filhos, aproveitou sobras de couro para aplicar conhecimentos técnicos absorvidos pela observação da atividade profissional do pai, na origem. Relato a MFW em SP, 2000.

¹⁷ Nitza, 36, casada com filhos criou uma marca de roupa íntima. Relato a MFW em SP, 2000.

Em um período de crescimento da cidade de São Paulo e de novas oportunidades no mercado de trabalho às mulheres, temos o caso de Samantha, empresária de origem polonesa, educada na Inglaterra, que considera ter implantado a moda para executivas, usando a tecnologia de novos tecidos que se mantinham impecáveis, durante a jornada. “*Os modelos de soutien que eu trouxe da França eram ultramodernos, eles modelavam. Não havia nada parecido aqui*”, declara Regina que aprendeu a profissão com sua tia ashkenazita.

Considerações finais

Sendo o período estudado período econômico favorável face às altas taxas de crescimento, o mercado produtivo reagiu, criando uma forte demanda. As empresas crescendo e tornando-se complexas, abriam espaço para a contratação de mão-de-obra administrativa. No entanto, o papel central familiar continua sendo adequadamente exercido nas pequenas e médias empresas (PISCITELLI, 1999:13).

Neste contexto, as imigrantes puderam produzir recursos para resgatar o padrão familiar de consumo, num contexto social de aumento geral da participação feminina no mercado de trabalho. Essas atividades eram em sua maioria habilidades desenvolvidas no ambiente familiar, o que “borra” (BRUSCHINI, 1994: 194) a percepção sobre a capacidade técnica e o dom, permitindo uma minimização do caráter profissional.

Para os casos estudados, estas mulheres tinham um capital cultural que as diferenciava e as colocava afinadas com a camada social dominante. Eram preponderantes nas decisões do processo produtivo, pois criavam e reproduziam os gostos e padrões de consumo, de acordo com as camadas mais abastadas, consolidando seu papel de mentoras, ainda que em atividades fortemente relacionadas ao universo feminino.

Diante das conquistas relativas, as mulheres e os familiares começaram a participar transformando rapidamente em “nosso” o resultado do trabalho, sem caracterizar o dinheiro ganho como de propriedade da empreendedora. De acordo com Scott (SCOTT, 1990: 86), constatamos, que as mulheres ainda, necessitam da aprovação dos homens em suas conquistas comerciais e, assim, mantêm a subordinação à competência do masculino.

Assim, envolvidas com a imagem idealizada de suas funções femininas, abriram mão do poder e da autonomia financeira para serem reconhecidas em seu papel “maior”: encaminhar os filhos para serem motivos de orgulho familiar; administrar o orçamento e o lar,

exemplarmente, sem, contudo, deixar de ser a esposa ideal. Neste sentido, este trabalho mostrou-se diferente de outros estudos sobre empresários, como o de Piscitelli (1999: 97), que afirma ter encontrado “um tom neutro dentro das atividades de descendência”. Ao abrir mão, da autoria de suas iniciativas, a maioria permanece omitindo atitudes relativas à competência do universo masculino.

No entanto, os papéis passaram por mudanças que podem ser constatadas entre as descendentes, que mesmo não tendo sido envolvidas no negócio familiar, são graduadas e exercem suas profissões. Fato relevante para os imigrantes, em geral, que apostaram numa ascensão social, também, via projeto educacional e profissional dos filhos (OSMAN, 1997: 27), exceção feita às filhas de famílias religiosas que se dedicam à vida doméstica. Reforça-se aí uma característica destas empreendedoras que não projetaram durabilidade de seus negócios, privilegiando a ambição e vocação de seus descendentes. Esse desdobramento pode ser justificado por uma percepção de atuação econômica circunstancial e sem significado.

Surpreendeu-nos, em especial, a banalização demonstrada, nas histórias recontadas sobre as iniciativas e conquistas alcançadas. E diante de um questionamento mais profundo a questão da preservação dos segredos sobre as iniciativas femininas foi reafirmada e apresentada como uma articulação para a manutenção da harmonia familiar, pois esta, ainda permanece alicerçada no código da família patriarcal-judaica que faz uma clara referência à divisão de papéis de gênero.

Pelos relatos, verificamos que a diferenciação sobre os graus de conservação das relações patriarcais judaicas contrapõe-se às personalidades marcantes, que ousaram e com muita coragem e energia, assumiram riscos. Da ação educativo-idiomática passando pelos ajustamentos relativos aos mecanismos econômicos, as regras sociais, entre outros aprendizados. As mulheres teceram, dia a dia a rotina familiar reafirmando o valor da família. Dessa maneira, mantêm suas iniciativas restritas ao âmbito privado, eternizando a divisão de papéis de gênero. Diante da densa neblina, que encobre a divisão entre o espaço público e privado, as histórias permanecem como “*segredos nossos*”.

A singularidade das histórias que compõem este trabalho dá significado ao reexame do ângulo da visão e à possibilidade dos ecos na sociedade patriarcal judaica, grifada pela pequena participação numérica, mas significativa, das vozes vindas entre as sefarditas e orientais. Mais resistentes às mudanças, ao diferente, tornam inconcebíveis certas conquistas, mantendo com eufemismos os sorrisos e olhares condescendentes.

A pesquisa pretendeu reler os velhos momentos, embora pareçam novos ou, de fato, momentos de inflexão que cada fala tem, ao perturbar o movimento previsível dos grupos culturais judaicos. Desse modo, apoiados, nesta questão, apresentamos algumas nuances que percorreram o cotidiano das entrevistadas, trazendo a necessidade de reconhecer o contexto e as possibilidades não somente de ser, mas estar na comunidade. Os resultados prevalecem na questão de gênero ou sexo, neutralizando outras tantas variáveis, alinhadas aqui.

BIBLIOGRAFIA

- BEM AMI, Issachar. Sepharad and Oriental Jewish Heritage. In: MIZRAHI, Rachel. *Imigrantes*.
- BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (org) *Novos olhares*. Mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero: Carlos Chagas, 1994.
- Judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro*, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CARIGNATO, T.; ROSA, M. D; PACHECO FILHO, Raul A.(Org.). *Psicanálise, Cultura e Migração*. Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade. São Paulo: Ed. YM, 2002.
- DECOL, René Daniel. *Imigrações Urbanas para o Brasil: o caso do judeus*, Campinas, 1999. Tese de Doutorado-IFCH/UNICAMP.
- DELLA PERGOLA, S; SCMELZ, U.O. La demografía de los judios de Latinoamerica. In: *Rumbos: en el Judaísmo, el Sionismo e Israel*. Jerusalén: Organizacion Sionista Mundial, n.15, Marzo 1986.
- GILBERT, Martin. *Atlas de la Historia Judia*. Jerusalém: La Semana Publicaciones, 1978.
- HOJDA, Edith Gross. *Imigração dos Judeus Poloneses em São Paulo(1925-1940)*. São Paulo, 1995. Dissertação de Mestrado - FFLCH/USP.
- IANNI, Otávio. *Enigmas da Modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *O Estado e o Planejamento no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- LEFTEL, Ruth. *A Comunidade Sefardita Egípcia de São Paulo*. São Paulo, 1997. Tese de Doutorado. FFLCH/USP.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: UNESP, 2000.
- LEWIN, Helena. "Ídiche Mame": A mulher judia e a controvérsia entre o tradicional e o moderno. In: Novinsky, Anita; Kuperman, Diane (Org.). *Ibérica-Judaica: Roteiros da Memória*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- MEIHY, J. C. Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 3.ed. São Paulo: Ed.Loyola, 2000.
- OSMAN, Samira Adel. História Oral de Famílias Imigrantes Árabes em São Paulo. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom.(Org) *História Oral de Família*. São Paulo.
- PISCITELLI, Adriana. *Jóias de família*. Gênero em histórias sobre grupos empresarias brasileiros, Campinas, 1999. Tese de Doutorado - IFCH/UNICAMP.

RATTNER, Henrique. *Tradição e Mudança*. A Comunidade Judaica em São Paulo. São Paulo: Ática, 1977.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: SCOTT, Joan. *Mulher e realidade*. Rio Grande do Sul: Vozes, 1990.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. 2ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1980.

